

CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO)

Realizada na Secretaria de Recurso Hídricos/MMA, em Brasília

Data: 06/07/2000

Início: 14:30 h – Término: 17:30 h

PARTICIPANTES:

1-Ministério da Ciência e Tecnologia: Dr. Carlos Oiti Berbert - (oiti@cnpq.br)

2-Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste: Dr. Elcio Linhares Silveira - (elciols@uol.com.br)

3-Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário:

Dr. João Carlos Simanke de Souza – AESBE - (jsimanke@ajato.com.br / jsimanke@sabesp.com.br)

4-Pescadores e Usuários de Água para o Lazer: Dr. Carlos Divino de Maria – ARBRAC - (carlosd@rioquenteresorts.com.br)

5-Ministério da Agricultura e do Abastecimento: Não compareceu

6-Ministério das Minas e Energia: Não compareceu

7-Indústrias: Não compareceu

CONVIDADOS:

Luiz Antonio Barbosa – SEMARH/DF - (luizgeo@ig.com.br)

Anícia Batptistello Pio – SRHSO/SP - (apio@sp.gov.br)

Luiz Amore - DPE/SRH/MMA - (aquiferoguarani@ig.com.br / amore@tba.com.br)

Flávia Gomes de Barros - SRH/MMA - (flavia.barros@mma.gov.br)

Diane Mara Varanda Rangel - SRH/MMA - (diane.rangel@mma.gov.br)

Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves - SRH/MMA - (carlos-frederico.goncalves@mma.gov.br)

Julio Thadeu Silva Kettelhut - SRH/MMA - (julio.kettelhut@mma.gov.br)

Isaac Goes de Queiroz - SRH/BA - (srh.upp@sun.com.br / blume@lognet.com.br)

Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas - Comitê Pombal Muriaé - (vargasma@zaz.com.br)

Maria de Lourdes Pereira dos Santos - IGAM/DDH – (iude@igam.mg.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Dr. Júlio Thadeu representante da SRH/MMA, abriu a reunião dando as boas vindas aos participantes, falou da importância desta Câmara Técnica – CT, seus objetivos e que espera da CT um papel propositivo nos assuntos a serem discutidos e posteriormente encaminhados ao CNRH. Foi distribuído aos participantes o regimento do CNRH o qual define as regras de funcionamento das CT. O Dr. Luiz Amore fez uma rápida apresentação sobre os trabalhos da coordenação de águas subterrâneas, ressaltando o projeto do Aquífero Guarani e comentou a instalação do Conselho Superior para preparação do projeto, com a participação dos 4 países envolvidos. A Dra. Maria de Lourdes elencou diversas atividades, ações e problemas verificados em Minas Gerais, referentes ao assunto, ressaltou a importância das discussões, e questionou a competência desta CT para tratar de temas como contaminação, conflitos de uso e domínio (união/estados) dos aquíferos, pois acredita que o CNRH deve ser o fórum para estas discussões. O Dr. Elcio afirmou que no seu ponto de vista o papel desta CT é o de

formatar normas e procedimentos para o uso e gestão das águas subterrâneas, além da manutenção de um sistema de informações que contemple o zoneamento e metodologias aplicáveis. O Dr. Carlos Oiti, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, informou sobre o banco de dados nacional referente às águas subterrâneas elaborado pela CPRM, no qual consta o levantamento de todas as fontes de águas subterrâneas, sendo que no Ceará, o trabalho já se mostrou útil pois informou a existência de poços que não estavam sendo utilizados por puro desconhecimento da administração local. Informou ainda que Pernambuco e Alagoas também têm um banco de dados similar. Todos os membros concordaram com a necessidade de se levantar a documentação existente sobre águas subterrâneas e definir “quais” águas subterrâneas serão tratadas na CT, pois é necessário pesquisar a legislação existente acerca do domínio das águas subterrâneas, o disciplinamento do uso concorrente e a necessidade de gerenciamento adequado. O Dr. Simanke comentou sobre a necessidade de integração desta CT com o órgão responsável pelas outorgas de água mineral, o DNPM, podendo inclusive propor resoluções para o disciplinamento do uso da água mineral. O Dr. Júlio Thadeu comentou a existência de muitas informações porém dispersas e que considera de grande importância a integração desta CT com o DNPM. A Dra. Maria de Lourdes disse que esta CT possibilitará uma maior integração com o DNPM e com os Estados o que facilitará a gestão dos recursos hídricos subterrâneos. O Dr. Isaac de Queiroz informou que através de convênio entre o DNPM e o Estado da Bahia, os solicitantes de outorga de água mineral primeiro precisam solicitar a outorga para o órgão estadual para depois dar entrada na solicitação ao DNPM. O Dr. Júlio retomou a pauta e solicitou que na próxima reunião fossem apresentadas as propostas de plano de trabalho ou que fossem remetidas por e-mail, ao presidente da CT e também sugeriu que talvez fosse interessante trazer outras pessoas que possam contribuir com a discussão sobre o tema. A Dra. Anícia sugeriu que se convidasse representantes dos estados para apresentarem o processo de gestão das águas subterrâneas a nível estadual, e também o DNPM, e a CPRM, além de convites pessoais para o Dr. Leomax, Dr. Cid Tomanik Pompeo e o coordenador do projeto do Aquífero Guarani. Foi sugerido a necessidade de se tomar conhecimento das Normas ABNT e metodologias específicas para a padronização das informações referentes ao tema. O Dr. Carlos Oiti sugeriu que a próxima reunião da CT ocorra em Fortaleza-CE, para aproveitar a presença das pessoas que comparecessem ao Congresso Mundial Integrado de Águas Subterrâneas e toda a discussão que acontecerá lá, ou no Rio de Janeiro durante o Congresso Internacional de Geologia. Em seguida foi proposto o nome do Dr. João Carlos Simanke de Souza (AESBE) como Presidente e o Dr. Carlos Divino de Maria (ARBRAC) como relator, os quais foram eleitos. A próxima reunião foi marcada para o dia 15/08/00 às 14:00 h, em paralelo ao 31º Congresso Internacional de Geologia, no Rio de Janeiro. Pauta da próxima reunião: 1. Plano de Trabalho 2. Cronograma de Reuniões 3. Apresentação do DNPM 4. Apresentação da CPRM 5. Apresentação do Projeto Aquífero Guarani 6. Apresentação das decisões do 1º Congresso Mundial Integrado de Águas Subterrâneas – Fortaleza e das proposições do 31º Congresso Internacional de Geologia – Rio de Janeiro. Ficou acertado que as apresentações devem ter duração aproximada de 20 minutos e tratar sobre projetos desenvolvidos ou existentes, relativos ao tema desta CT. O Dr. Simanke comentou que na Lei 9433/97 não foi explicitada a gestão das águas subterrâneas para não criar entraves às Leis Estaduais. O Dr. Elcio falou da necessidade da troca de experiências entre os estados, de se compilar as experiências existentes e traçar diretrizes gerais aplicáveis. Dr. Simanke afirmou que esse será o papel desta CT e uma Resolução do CNRH possibilitará o respeito à essas diretrizes. Dr Elcio comentou a falta de uma norma, pois é isso que respalda as ações do poder público, no seu

entender. Dr. Simanke agradeceu a missão que lhe foi destinada e afirmou que esta CT pode dar frutos para toda a sociedade e que será um desafio que será vencido por essa competente equipe. Brasília, 06 de julho de 2000.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Eng. Diane Rangel
Relatora

Aprovada na Reunião de 15/08/2000